



Agenda Norte Região Digital: Diagnóstico, Estratégia e Plano de Acção

Mário Jorge Leitão
INESC Porto / FEUP

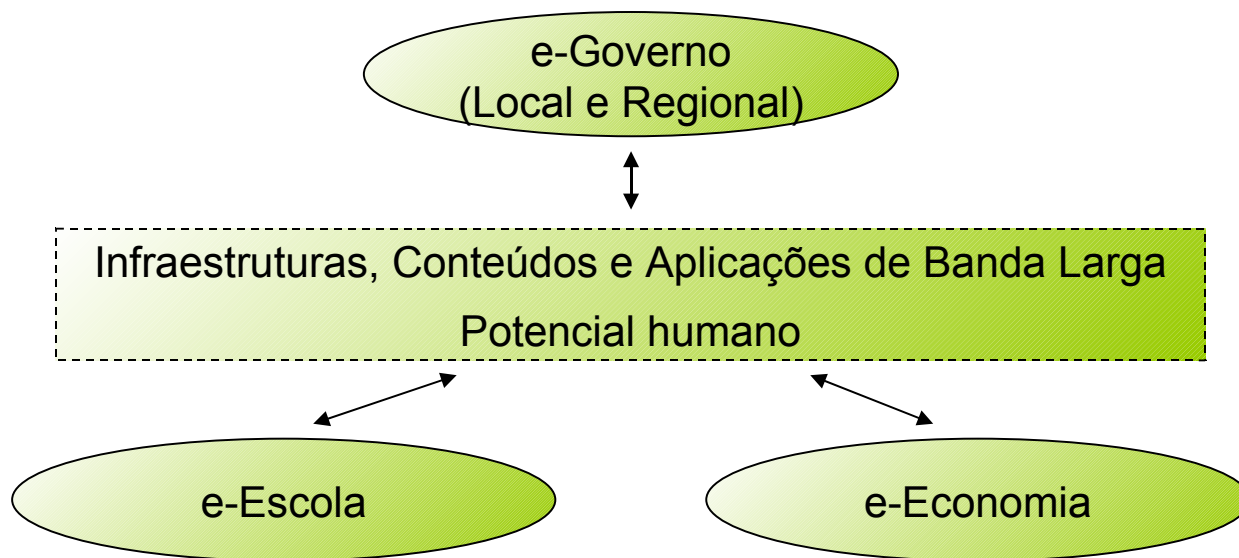
- Sumário
 - Enquadramento
 - e-Governo Local e Regional
 - Cartão do Cidadão e Plataforma de Serviços Comuns da Administração Pública
 - Novo Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (Lei nº 60/2007 e Portarias complementares)
 - Rede de Banda Larga

- Enquadramento
 - Agendas Prioritárias

I. Inovação	
II. Internacionalização	
III. Clusters Regionais	Saúde
	Moda
	Mar
	Indústrias criativas
	Turismo
IV. Empregabilidade	
V. Redes Regionais de Serviços de Suporte à Competitividade	Mobilidade, Transportes e Logística
	Região Digital
	Acolhimento Empresarial
VI. Energia	
VII. Região Sustentável	Cidades e Urbanismo
	Desenvolvimento Rural Sustentável
	Ambiente

- Enquadramento

- Que prioridades de intervenção na Agenda Região Digital?



- capacidade de mobilizar e articular actores regionais
 - capacidade de contribuir para políticas nacionais
 - capacidade de intervir activamente na Região

- Enquadramento

- Os desafios para a Região Norte

- As TIC como pilares de suporte das actividades económicas, sociais e de administração
 - cobertura generalizada do território pela banda larga
 - excelência de infraestruturas e serviços inovadores em Áreas de Acolhimento Empresarial
 - utilização generalizada das TIC pela administração pública, empresas e cidadãos
 - afirmação das Escolas como centros de literacia digital - investimento nas gerações futuras e difusão nas famílias
 - Promoção de uma imagem externa de modernidade através da divulgação e disseminação de casos de sucesso

- Enquadramento

- 1º Objectivo da Agenda Prioritária: Elaboração do Programa de Acção para o período 2008-2010
 - Consolidação de um diagnóstico sintético
 - Definição de objectivos específicos
 - Identificar Instrumentos / Iniciativas / Projectos prioritários para a concretização da estratégia
 - Elaborar propostas para o enquadramento técnico, financeiro, institucional e regulamentar dos principais instrumentos e projectos



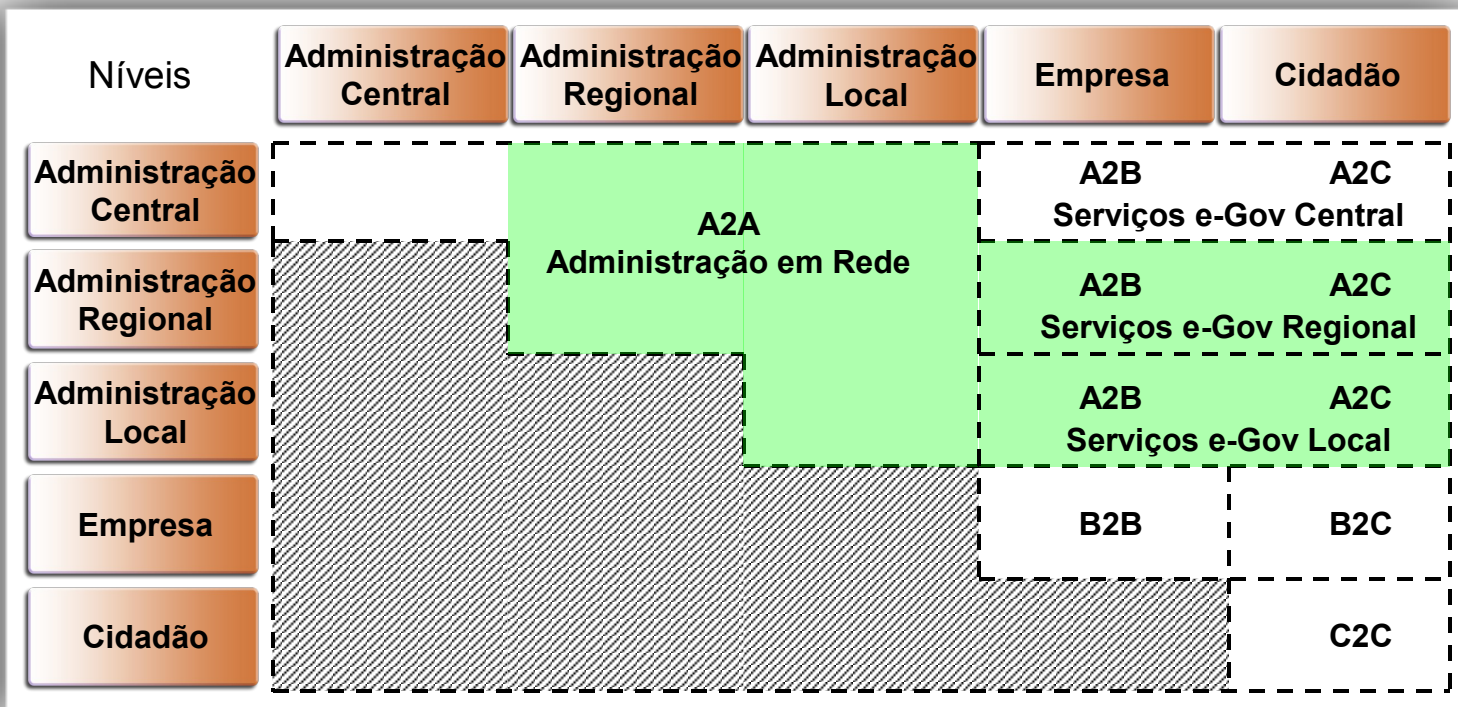
Abordagem organizada, partilhada e amplamente participada pelos actores institucionais pertinentes



Modelo adequado de Governação do Plano de Acção

- e-Governo Local e Regional
 - Áreas correntes de Modernização Administrativa com forte componente de TIC
 - Aplicações de gestão nas áreas de negócio autárquico
 - Intranet autárquica
 - Sistema de Informação Geográfica
 - *Workflow* electrónico / desmaterialização de processos
 - Sistemas de atendimento multi-canal
 - Plataforma electrónica de contratação pública
 - Telefonia IP
 - Ferramentas de gestão orientadas para a qualidade

- e-Governo Local e Regional
 - Administração em Rede e Serviços Electrónicos



- e-Governo Local e Regional
 - Pontos fracos
 - Reduzida visibilidade da oferta de serviços de e-Governo Local para o público em geral
 - Experiência reduzida na disponibilização de serviços administração-a-administração (central-local e regional-local)
 - Tendência para oferecer serviços na perspectiva da administração local e não centrada na resolução dos problemas correntes dos cidadãos e empresas
 - Reduzido grau de utilização de mecanismos de participação pública por meios electrónicos

- e-Governo Local e Regional
 - Pontos fracos
 - Falta de medidas que conduzam à adopção de normas para a troca, integração e reutilização de informação entre entidades da Administração Pública, nomeadamente com conteúdo geográfico
 - Dificuldade de utilização da Internet para interacção com serviços públicos
 - Défice de trabalho cooperativo, que exige a flexibilização de posições com vista à obtenção de soluções consensuais
 - Falta de medidas de simplificação na administração local

- e-Governo Local e Regional
 - Pontos fracos
 - Falta de capacidade de avaliação de custos-benefícios e de análise de sustentabilidade, potencialmente conducente à realização de investimentos sem possibilidade de serem rentabilizados
 - Falta de cultura de trabalho de projecto, quer ao nível dos executores, quer ao nível das entidades gestoras de programas de financiamento
 - Défice de competências de recursos humanos para enfrentar os desafios da modernização baseada em TIC

- e-Governo Local e Regional
 - Pontos fortes
 - Forte dinâmica de modernização da administração pública em diversos sectores, conducente à simplificação de processos por meios electrónicos, com ganhos evidentes para os cidadãos e empresas
 - Percepção política consensual no sentido da evolução para o e-Governo
 - Existência de casos de sucesso de projectos correntes em instituições de referência, assentes em factores replicáveis e componentes reutilizáveis noutros contextos

- e-Governo Local e Regional
 - Ameaças
 - Dificuldade de harmonização de serviços, condição essencial para a sua visibilidade nacional
 - Dificuldade de a Administração Central e Local desenvolverem iniciativas conducentes a serviços electrónicos universais
 - Reduzida reutilização de resultados
 - Dificuldade de articulação entre programas de financiamento de operações de Modernização Administrativa e de Formação – medidas de Formação-Acção são essenciais

- e-Governo Local e Regional

- Oportunidades

- Boas condições para a criação de uma agenda de disponibilização de serviços à escala global, articulada com projectos e iniciativas transversais de âmbito nacional



- Cartão do Cidadão

- Plataforma de Serviços Comuns da Administração Pública

- Sistemas de pagamentos de serviços electrónicos

- Concursos/compras públicas electrónicos

- Facturação electrónica

- e-Governo Local e Regional
 - Oportunidades
 - Criação de múltiplas plataformas multi-canal
 - Centros de Atendimento Multiserviço
 - Lojas do Cidadão de 2ª Geração
 - Pontos de atendimento de proximidade
 - Portais Regionais

- e-Governo Local e Regional

- Oportunidades

- Alterações legislativas



- Novo **Regime Jurídico da Urbanização e Edificação** (Lei nº 60/2007 e portarias complementares), que prevê um sistema informático de apoio à tramitação dos processos, necessariamente interoperável com os sistemas municipais, das CCDR e de outras entidades da Administração Central



- Entrada em vigor em Setembro de 2008 da obrigação de os municípios procederem à **transcrição digital georreferenciada** de todo o conteúdo documental por que são constituídos os **planos municipais de ordenamento do território**, disponibilizando-os na Internet (Lei nº 56/2007)

- e-Governo Local e Regional
 - Objectivos específicos
 - Articular a disponibilização de serviços de e-Gov com projectos e iniciativas transversais de âmbito nacional
 - Promover uma oferta global de serviços de referência na óptica de resolução dos problemas do cidadão/empresa
 - Promover a acessibilidade aos serviços por parte do cidadão/empresa, através de plataformas multi-canal (necessário assegurar interoperabilidade e normalização)
 - Promover serviços administração-a-administração de integração vertical de dados (áreas financeira, urbanística e de pessoal)

- e-Governo Local e Regional
 - Objectivos específicos
 - Assegurar a desmaterialização total de processos
 - Promover serviços de disponibilização e gestão de Planos Municipais de Ordenamento do Território
 - Incentivar a democracia electrónica (e-Democracia)
 - Promover a reutilização de resultados e a disseminação de boas práticas
 - Promover a utilização sistemática de mecanismos de diagnóstico/avaliação

- Cartão do Cidadão

- O que é

- Mecanismo aberto de identificação electrónica do Cidadão, baseado em tecnologias criptográficas fortes, suportado pela Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública

- Características

- Permite a autenticação e a assinatura digital qualificada do Utilizador em todos os serviços electrónicos
 - Assegura a transparência para o Utilizador e Portais aderentes, na utilização dos mecanismos de autenticação, credenciação e segurança



(Fonte:

www.cartaodocidadao.pt)

- Plataforma de Serviços Comuns da AP

- O que é

- Ferramenta partilhada baseada em normas abertas, que permite a interligação dos diversos sistemas e a disponibilização de serviços multicanal

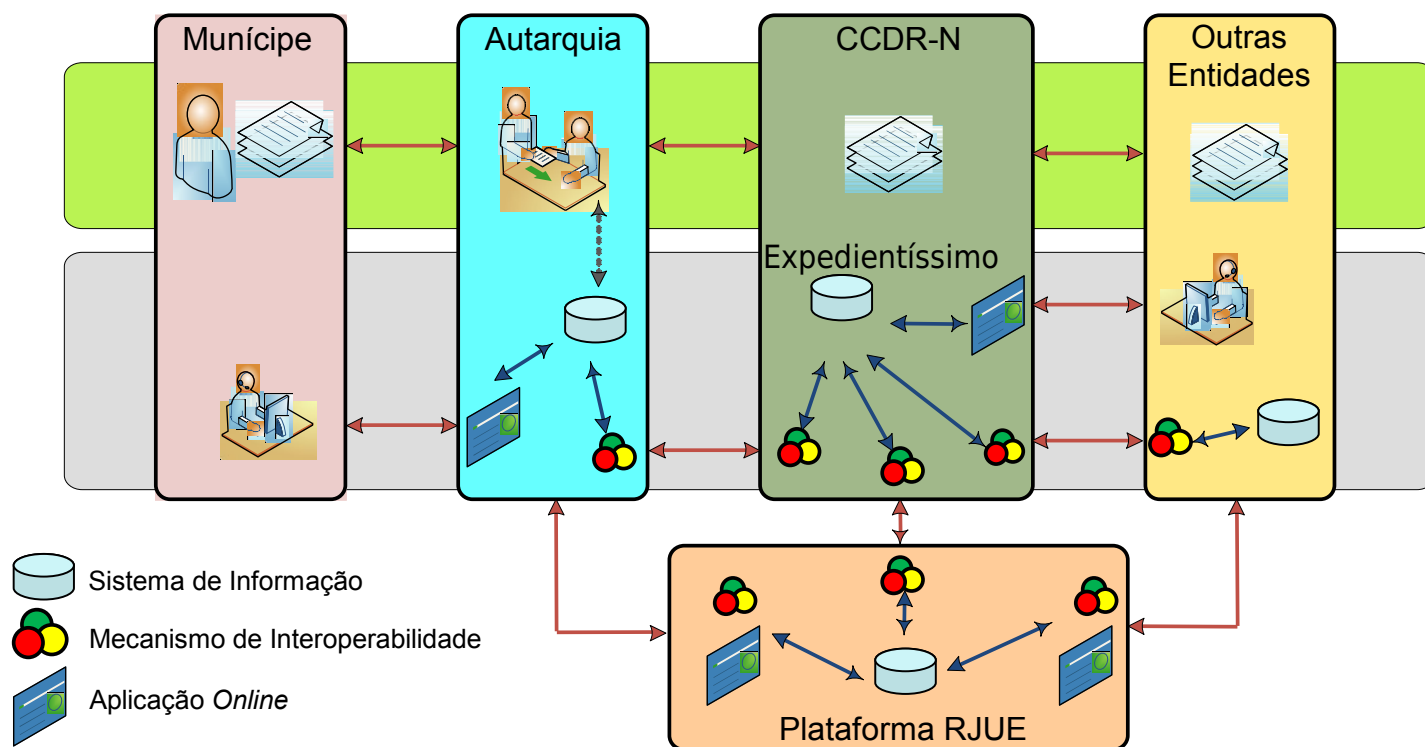
- Características

- Integração de serviços disponibilizados pela AP ao cidadão
 - Identificação única do cidadão perante os serviços da AP
 - Garantia de privacidade e segurança
 - Imutabilidade dos sistemas de informação da AP, sem que sejam necessárias reestruturações



Fonte:
AMA (www.ama.pt)

- Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
 - Arquitectura do sistema na Região do Norte

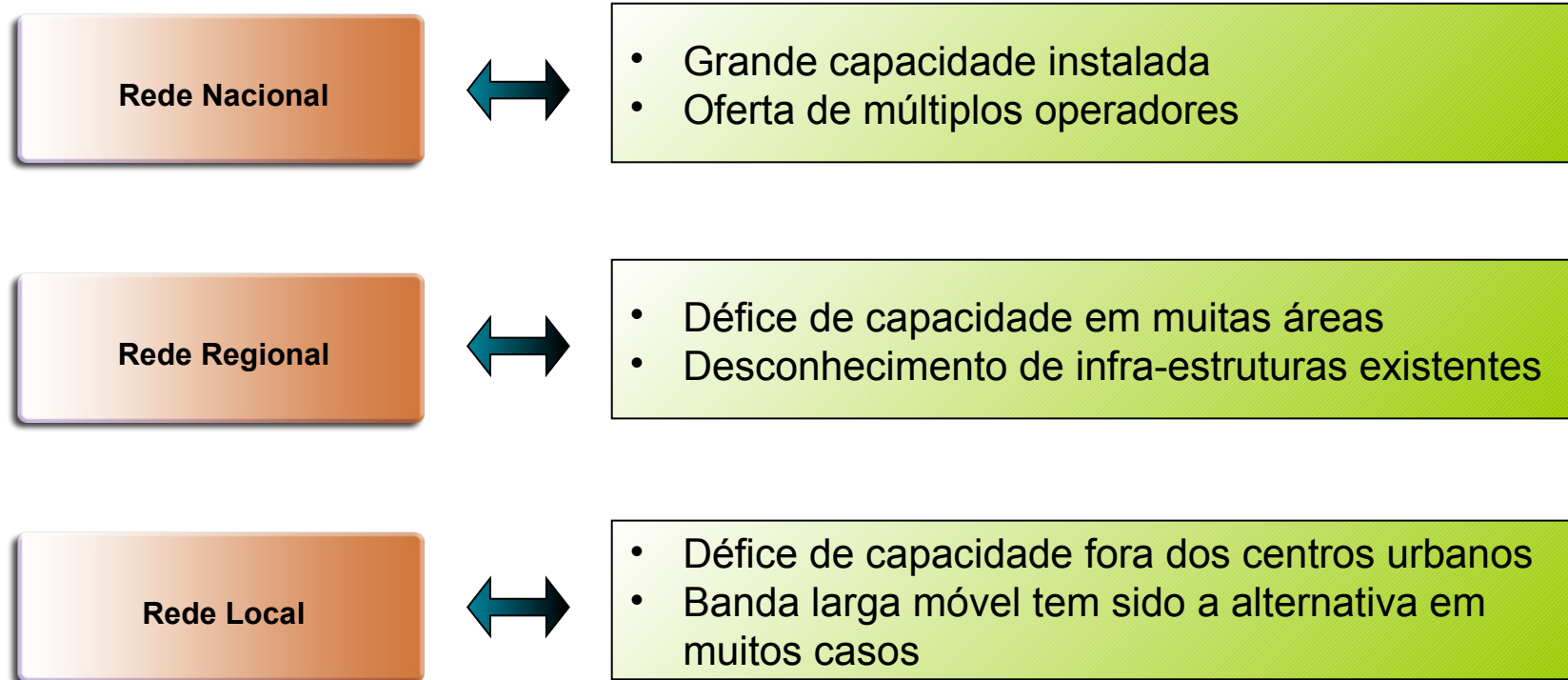


- Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
 - Questões fundamentais em aberto
 - Submissão electrónica de processos nas Autarquias
 - Essencial uniformizar **formatos de dados e de ficheiros**
 - Exige **assinatura digital qualificada** do requerente nas peças processuais submetidas - previsto na Lei 60/2007
 - » assinatura requer Cartão de Cidadão
 - » formato de desenho DWF ainda não suporta assinatura
 - Interoperabilidade entre Autarquias, CCDR's e Entidades a consultar
 - Necessário definir **interfaces abertas entre sistemas**
 - Exige **assinatura digital qualificada** dos intervenientes
 - Digitalização na Autarquia não é solução para o envio desmaterializado de processos a entidades externas

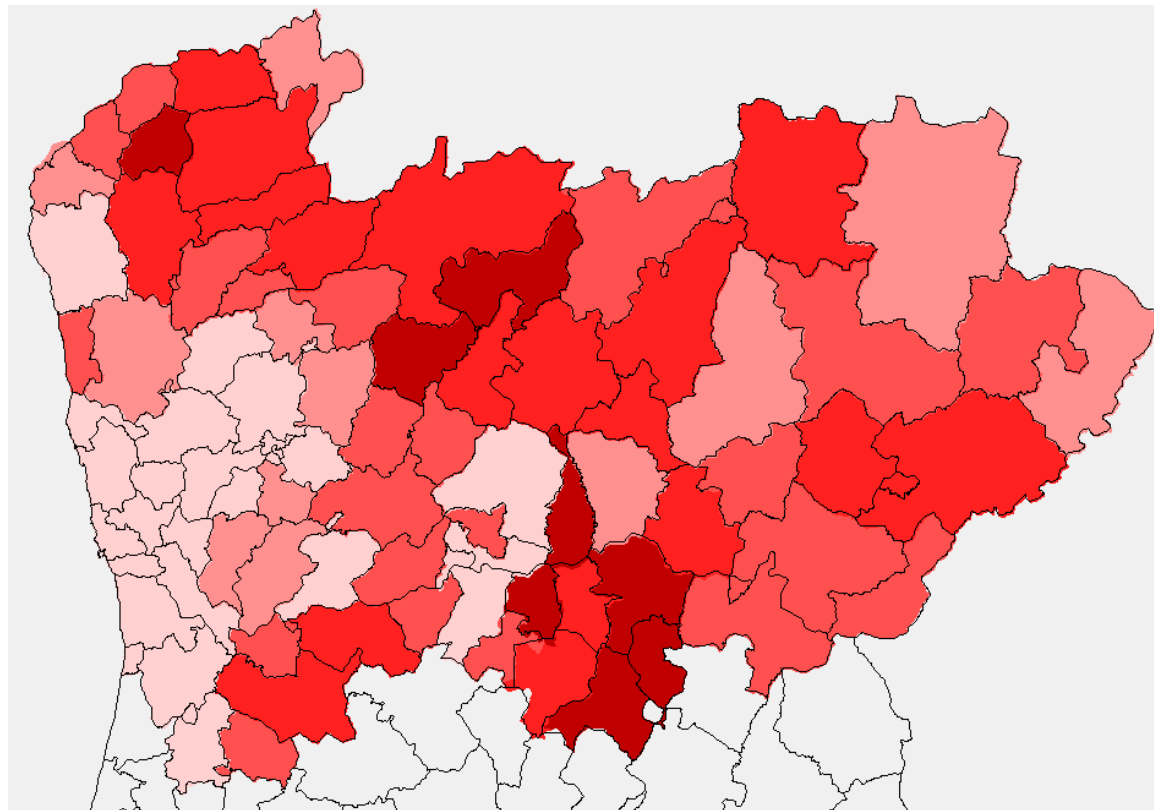
- Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
 - Questões fundamentais em aberto
 - Gestão de funções pessoais (papéis)
 - É essencial caracterizar as funções dos intervenientes na gestão dos processos do RJUE → diferentes instituições do mesmo tipo terão de ter as mesmas funções, ou, pelo menos, funções mapeáveis umas nas outras
 - Terão de ser criados procedimentos de atribuição de funções a pessoas concretas das instituições
 - É necessária uma entidade, reconhecida por todas as outras, que valide as funções dos intervenientes em cada transacção (a opção distribuída poderá ser adoptada mais tarde)
 - O problema da identificação e assinatura dos requerentes que representam entidades colectivas terá de ser resolvido

- Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
 - Questões fundamentais em aberto
 - Plataforma electrónica do RJUE
 - Constitui um marco essencial para o e-Governo Local e a Administração em Rede
 - Portal é o primeiro passo, mas pode ser desmotivador para instituições com sistemas de informação avançados
 - Não pode ambicionar substituir os sistemas municipais - Portaria complementar já assumiu a opção correcta
 - Tem de conviver com os sistemas informáticos das CCDR's
 - Interoperabilidade baseada em interfaces abertas é a única solução para suportar os serviços em cooperação

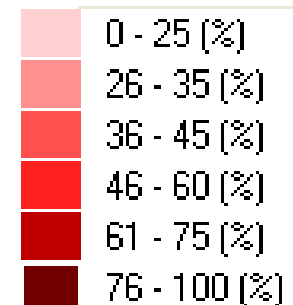
- Rede de Banda Larga
 - Diagnóstico



- Rede de Banda Larga
 - Diagnóstico



**Percentagem de
população sem
cobertura em
ADSL@ 2Mbit/s**



- Rede de Banda Larga

- Estratégia

- Promover Redes Comunitárias numa perspectiva de *Open/Equal Access*
Não é possível uma rede própria por operador, sobretudo na Rede Local
- Assegurar modelos de operação viáveis
- Envolver activamente a Administração Local
- **Articular projectos da Administração Central com iniciativas regionais**

Rede Regional



- Incrementar os pontos de interligação a outras redes
- Criar condições para disponibilização de acessos sem fios partilhados (ex: WiFi, WiMax)

Rede Local



- Levar a fibra óptica até pontos mais próximos do utilizador
- Assegurar a conectividade de serviços públicos (ex: Administração Local, Escolas, Unidades de Saúde, etc.)

- Rede de Banda Larga
 - Estratégia
 - Montagem Jurídica Francesa

L1511-6 (1999)

L1425-1 (2004)

***“Exploração da
plataforma de serviços
e comercialização com
clientes finais”***

**“Operadores de
Serviços”**

**“Operadores de
serviços ou
Comunidade /
Delegatária em caso
de carência”**

***“Construção e
Exploração da rede
activa e
comercialização com
operadores”***

**“Operadores
Grossistas”**

**“Comunidade /
Delegatária
Operador Grossista”**

***“Construção e
Exploração da rede
passiva”***

**“Comunidade /
Delegatária gestora da
infra-estrutura”**

**“Comunidade /
Delegatária gestora da
infra-estrutura”**

- Rede de Banda Larga
 - Estratégia
 - Exemplo percursor das Redes Comunitárias de Vale do Minho e Valimar Net

